

SÍTIOS ANTIGOS, PREEXISTÊNCIA E PROJETO

HISTORICAL DISTRICTS, PREEXISTENCE AND INTERVENTION

Resumo: No cenário atual, onde imperam os processos de comunicação instantânea e de obsolescência programada, enquanto se reduzem os níveis de confiança no futuro e no progresso, eleva-se o interesse pela preservação dos remanescentes do passado. Adquirem relevância as questões da proteção da herança cultural material – edificações históricas e sítios antigos – e elevam-se as preocupações com programas e ações, públicas e privadas, voltadas para a preservação dos valores acumulados que combinem a reabilitação das edificações com valor histórico com a proteção e a revitalização de sítios antigos de localização central já dotados de espaços construídos e de infraestrutura instalada. Nesse cenário conflituado, faz-se necessária a revisão crítica dos procedimentos de atuação de governantes, empresários, arquitetos e gestores públicos para reduzir choques de interesses e entraves burocráticos, de maneira a facilitar a atualização – técnica, funcional, plástica e representacional – das formas herdadas do passado para possibilitar que as mesmas sejam transferidas para as gerações futuras.

Palavras-chave: Preexistências, Patrimônio construído, Projetos.

Abstract: In the current scenario, characterized by the instantaneity of communication and the planned obsolescence, with reducing levels of confidence in the future and progress, people tend to seek comfort in past and tradition, this way improving the overall interest with the remnants of the past. A new concern raises on the importance of architectural values treasured both in the historic buildings and ancient sites. Become relevant issues the protection of material cultural heritage, and efforts have been made on developing programs that combine the rehabilitation of historical buildings with the protection and revitalization of local downtown historic districts with many already existing facilities. This very conturbated scenary claims for an evaluation of the current procedures of decision makers, entrepreneurs, architects and public managers, in order to reduce the clashes of interests and bureaucratic barriers and to facilitate the update – technical, functional, artistic and representational –, of the forms inherited from the past, allowing them to be transferred to future.

Keywords: Cultural Heritage, Preexisting Architecture, Architectural Design.

Como joia fulgurante, a cidade jazia sobre o seio do deserto. No passado, havia conhecido mudanças e inovações, mas agora tudo estava imóvel no tempo. [...] Não tinha contato com o mundo exterior. Era, em si mesma, um universo.

O Homem já havia construído cidades, mas nunca uma cidade como aquela. Algumas haviam durado séculos; outras milênios – antes que o tempo apagasse até mesmo seus nomes. Só Diaspar havia desafiado a Eternidade, defendendo-se a si mesma, e a tudo quanto ela reunia, do desgaste moroso das eras, dos estragos da decadência e da corrupção da ferrugem.

Arthur C. Clarke, A cidade e as estrelas

O viver contemporâneo caracteriza-se pela instantaneidade imaterial das comunicações, pela acelerada sobrecarga informacional e pela obsolescência programada dos artefatos tecnológicos. Nesse cenário de instabilidade do tempo, do espaço e da matéria,

a pretensão de se conseguir a recordação total pode ser entendida como a busca por um alívio contra as angústias e inseguranças da atualidade que induz à valorização do passado, como um refúgio conhecido, materializado nos testemunhos físicos que dele perduram: preservar situações pretéritas e conhecidas seria, aparentemente, mais cômodo que enfrentar a imprevisibilidade das situações do presente.

Jeudy (2005, p. 21-22) acredita que esse “fervor contemporâneo pelo culto do passado” é utilizado como antídoto contra a potencial ameaça “de perder o sentido de sua própria continuidade”, daí o presente ser encarado como “um patrimônio potencial” percebido “na perspectiva da sua perda”. Huyssen (2000, p. 38) observa que a busca moderna por “futuros presentes” deslocou-se para a obsessão pós-moderna por “passados presentes”, já que, se na consciência da modernidade o presente voltava-se para o futuro e era uma invenção a perdurar no porvir, no momento atual o passado é valorizado como referência para a construção do presente.

Masiero (2003, p. 286) comenta o apego a uma fingida tradição que estimula a “nostalgia dos lugares” arquetípicos na construção literal de um passado idealizado, que “se reproduz como autêntico” e que “produz uma inquietante hibridação entre o trágico e o grotesco”. Por sua vez, Bauman (2005, p. 79) avalia que a conservação dos bens culturais integra a “estratégia moderna” de transformar “os grandes temas que transcendem o poder do homem” em problemas e tarefas que, por sua escala mais reduzida, possam ser apreensíveis e manejáveis, substituindo, por exemplo, a inevitabilidade da morte pelo tratamento eficaz de doenças curáveis e evitáveis.

Isto se dá em razão da existência humana caracterizar-se pela angustiante consciência da sua transitoriedade mortal, em um universo infinito, circular e eterno. Tanto a memória, como o “dom de lembrar”, resultam da luta dos seres humanos contra o apagamento da existência – o desaparecimento “como lágrimas na chuva”¹, e têm origem no “desejo de imperecibilidade”, na busca ingloria da memorabilidade, da possibilidade “de ficar permanentemente fixado na lembrança da humanidade”. (ARENDRT, 1997, p. 183) Lembrar como estratégia da luta contra a morte, contra o luto; como um maquinário de invenção da eternidade criado pela humanidade confrontada “pelo escândalo e pelo mistério incompreensível da morte individual” (STEINER, 2003, p. 15), “que extingue ao mesmo tempo o presente e a existência”. (NIETZSCHE, 2003, p. 8)

Sabe-se, entretanto, ser material e operacionalmente impossível transformar os mais diversos produtos da cultura em objetos de proteção integral, mesmo porque nem tudo que remanesce do passado é relevante para ser preservado e transmitido para as gerações futuras. Ser velho ou antigo não garante ao bem cultural o reconhecimento de valores nele contidos que justifiquem a prorrogação da sua existência, protegendo-o do desgaste deletério decorrente da ação dos elementos ambientais físico-químicos, dos seres humanos e dos eventos sinistros.

Ao invés de contribuir, este conservacionismo irrestrito terminaria por reduzir as potencialidades de reconhecimento, já que, se tudo fosse especial e preservável, nada seria, então, digno de valoração diferenciada. Semelhante comportamento conduziria a uma situação limítrofe paradoxal, como afirma Dodebei (2005, p. 4), ao alertar que “se tudo se transformar em patrimônio, eliminam-se as diferenças, acabam-se as escolhas e o mundo fica ‘liso’, esgota-se o valor, por fim, impede-se a criação”.

Cidade: transformações e permanências

A partir da década de 1980, o patrimônio arquitetônico deixa de ser considerado um entrave ao progresso e ao desenvolvimento das cidades e passa a ser encarado como uma opção de desenvolvimento econômico, lastreado nas atividades ligadas ao turismo ou a uma nova e promissora “fronteira” para a realização de negócios imobiliários. Esta transformação dos valores históricos e culturais em mercadoria é tida por vários teóricos (Arantes, Jameson, Harvey, Huysen) como fundamental para a estratégia mais recente do capitalismo, embora sejam incipientes os processos de gentrificação em áreas urbanas requalificadas nos países de economias menos dinâmicas.

O excesso de culturalização e historização do espaço é objeto da crítica de autores (Arantes, 1998; HUYSEN, 2000; Jameson, 1997; JEUDY, 2005; Monnet, 1996; Zukin, 1996), preocupados com os vínculos entre o aparente descomprometimento dessas práticas e o controle político, como o pensamento único disseminado pelo Planejamento Estratégico (Arantes; Maricato; Vainer, 2000), que atende aos interesses da aliança tripartite do governo com o empresariado e as lideranças da sociedade, para implantar um “ambiente de negócios”² salutar que atraia divisas para o seu território.

Palco de alteridades e constelação de interesses e acordos – qualificado por Jeudy (2005, p. 115) como “território de confronto de olhares”, “campo de batalha de percepções e sensações” e “dos modos de apreensão estética” –, a cidade é constituída de bens culturais possuídos por diferentes graus de relevância para a preservação da memória e para a constituição da identidade local. Nesse cenário, as questões de identificação, reconhecimento e valoração assumem papel de destaque, por ser evidentemente inoperável a preservação de edificações e bens móveis, de todos os tipos e qualidades, tal qual aparentemente se deseja.

Surge daí a necessidade da análise crítica criteriosa que fundamente a seleção do que remanesce do passado e que vale a pena ser transferido para o futuro, evitando que a cidade se transforme em repositório de testemunhos do pretérito, depósito incondicional de artefatos cristalizados no tempo, verdadeiro “museu de cacarecos” como ironizava Lina Bo Bardi. (FERRAZ 1993, p. 319; BARDI, 1989, p. 107) Torna-se evidente que, no contexto das conjunturas sociais, econômicas e políticas de um

determinado espaço no tempo, se faz necessário adotar procedimentos rigorosos de identificação, valoração e reconhecimento, que permitam distinguir as permanências verdadeiramente relevantes daquelas outras dispensáveis.

Atravessada pela complexidade de enfoques, conflitos de interesses e entendimentos, essa seleção realiza-se no presente e reinterpreta o legado disponível em sintonia com o pensamento vigente. Dessa forma, a preservação dinâmica da cidade antiga na paisagem urbana contemporânea valoriza ou obscurece, recupera ou destrói – a depender dos critérios do que, do por que e do para quem se preserva –, visto que o reconhecimento da relevância das representações apoia-se na identificação do valor das narrativas formais ou historiográficas para constituir os acervos desejados, sem descartar as inevitáveis conotações ideológicas e políticas.

O desafio que se afigura é o de compatibilizar a preservação do patrimônio cultural, constituído por elementos da memória social e coletiva das populações, com o necessário desenvolvimento da cidade, para permitir que o presente possa se realizar com um mínimo de limitações impostas pelo passado. Afinal não se pode negar à dinâmica urbana contemporânea o seu direito à História.

Os processos de mundialização da economia interferem na reconfiguração física e funcional das ocupações urbanas e as cidades são onde melhor se percebe a reestruturação, em escala planetária, da organização do modo de produção capitalista apoiada nas tecnologias informatizadas de gerenciamento e controle. Este processo provoca o surgimento dos *brown sites*, que Piano (2005, p. 35) denomina “buracos negros”, constituídos por porções urbanas de grandes dimensões, com localização privilegiada nas áreas mais centrais – como instalações portuárias, conjuntos fabris e pátios ferroviários – que, embora tivessem acumulado vultosos investimentos em infraestrutura e serviços, tornaram-se subutilizadas, por conta da superação das suas destinações funcionais originais, em virtude dos avanços técnicos, tecnológicos e operacionais, mas que se apresentam como opção de alocação de população e de novos usos.

Entretanto, para melhor permitir que sejam reocupadas, essas zonas decadentes e ociosas necessitam ser requalificadas, atualizadas e convertidas para atender às demandas funcionais da contemporaneidade³. Daí as políticas mais recentes de estruturação das grandes cidades afastarem-se dos tradicionais modelos de expansão territorial, apoiados na incorporação de áreas livres e periféricas, para tratar da reincorporação desses novos vazios urbanos. As agendas locais de planejamento passam a se ocupar com o problema do adensamento e da reutilização da ocupação existente e abraçam o objetivo de inventar a reapropriação das zonas da cidade onde prevalecem estruturas físicas subutilizadas, abandonadas ou arruinadas, que configuram os espaços da representatividade histórica e simbólica, da excelência estética, da identidade afetiva e da expressão político-cultural das sociedades que os ergueram.

Observa-se, na contemporaneidade da competição globalizada, que a imagem da cidade adquire importância renovada e torna-se fundamental para o seu sucesso (HUYSSSEN, 2000, p. 100) e que a problemática da preservação dos monumentos e das áreas antigas sofre nova inflexão, retoma a importância e ressurgem diferentes. Combina as “antigas” questões de reconhecimento das alteridades identitárias com as “novas” intenções administrativas e empresariais, de utilizar a imagem da cidade como elemento privilegiado das estratégias de veiculação das vantagens competitivas locais para atrair investidores e/ou consumidores externos. Essa atitude, já percebida por Rossi (1977, p. 118) na década de 1960, quando afirma que a utilização dos remanescentes do passado – “dos velhos corpos das cidades” – tanto atende aos objetivos econômicos dos bens imobiliários quanto à subjetividade identitária dos indivíduos, espelha a mudança de orientação na questão urbana, que se afasta do atendimento às carências e se volta para a competitividade intercidades, como anota Vainer (2000, p. 76):

Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos centrais a problemática da competitividade urbana.

Outros tempos, velhas formas, novos usos

O problema da reconversão dos usos dos espaços construídos sobreviventes do passado e funcionalmente obsoletos implica o desafio de reinventar a apropriação e a atualização das formas dos bens materiais da herança cultural para transferi-los para as gerações futuras.

Complementarmente a estas intenções, a arquitetura tem sido utilizada como o instrumento preferencial da construção de novas narrativas identitárias de reterritorialização das cidades, promovidas pela execução de intervenções estratégicas intencionalmente monumentais⁴, ainda que por meio da produção de simulacros⁵ de tradições falseadas para atuar como atrações turísticas. Ressalte-se que, na sociedade da desigualdade social preservada e da induzida semelhança construída, na qual tudo passa a ser monotonamente igual, o poderoso antídoto a estes inefáveis simulacros é a preservação do valor contido nas diferenças e singularidades do específico, do local e do particular.

A destruição da fisionomia das cidades e de vários dos seus monumentos significativos espelha o descaso em reconhecer o patrimônio cultural local como referência de alteridade no cenário da uniformidade globalizada. O descaso dos habitantes combina-se à ganância de empreendedores e proprietários imobiliários com a insensibilidade administrativa dos governos locais, mais afeitos às ações modernizadoras, política e

economicamente mais rentáveis, em detrimento da preservação das qualidades ambientais herdadas do passado histórico.

É perceptível o descompasso entre a forma das parcelas antigas da cidade e o funcionamento dos trechos modernos que as circundam, e as dificuldades de compatibilizar a proteção do já existente com as constantes pressões por ampliações de áreas, edificações e infraestruturas. Os procedimentos construtivos atuais são bastante distintos, em quantidade e qualidade, dos utilizados para erguer a cidade tradicional, e o perfil das novas exigências tanto demanda edificações executadas com técnicas e materiais diferentes dos tradicionais como sistemas viários com outras características de dimensionamento, traçado e revestimento.

Devido ao anacronismo dos seus processos construtivos de origem, o custo de adequação das antigas estruturas às necessidades contemporâneas é elevado, o que amplia a dicotomia entre as demandas de conservação e a baixa capacidade de resposta econômica das populações que as habitam, condição esta que instala a contradição entre a preservação do patrimônio edificado e a manutenção dos seus ocupantes. Daí as dificuldades de combinar a conservação e a utilização das edificações e espaços públicos com a manutenção da imaterialidade das práticas sociais na preservação das especificidades locais.

À medida que a importância do lugar é reconhecida como elemento de afirmação de alteridades, o conceito de patrimônio cultural extrapola a materialidade dos bens móveis e imóveis para abarcar as manifestações imateriais da diversidade do saber-fazer popular, sobretudo as efêmeras práticas dos festejos, ritos e mitos que dão forma à riqueza simbólica das sociedades.

Com a nova consciência identitária que se propagou no rastilho dos movimentos sociais do final da década de 1960, alteridades diversas passaram a reivindicar a representação, que lhes fora negada, nas questões de identidade e cultura. Apoiados em discursos inéditos de resgate e desvelamento do que antes fora intencionalmente ocultado, os recém-chegados a arena política demandavam a recriação das narrativas da memória oficial, por eles avaliada como elitista, discriminatória e excludente, para permitir que fossem reconhecidos e legitimados os seus direitos à cidadania e à representatividade.

De maneira apressada e demagógica, as pressões ideológicas e os compromissos decorrentes do atendimento às demandas políticas específicas conduziram à desmedida noção de que qualquer produto da cultura poderia, em tese, ser reconhecido como dotado de relevância identitária. Além disso, os novos entendimentos das representações e as delimitações mais tênues e imprecisas do fazer artístico⁶ deslocaram o reconhecimento dos bens a preservar da esfera estética do objeto artístico para o âmbito documental histórico e antropológico, e, a partir da década de 1990, ao interesse pela

preservação dos produtos da cultura material, é acrescido o interesse do registro das manifestações imateriais⁷, menos afeitas às artes plásticas e à arquitetura.

Desde então, qualquer evento ou artefato cultural – e não apenas os excepcionais que respaldavam o discurso dominante – passa a ser considerado documento da história dos grupos sociais, passível de ter o seu valor reconhecido e, portanto, potencialmente preservável.

Esta ilimitada apropriação dos mais variados bens que presentificam o passado comum de grupos, comunidades e sociedades, e encarnam o sentido de continuidade da existência humana, bem exemplifica a compulsiva característica contemporânea de inventar heranças.

A fisionomia urbanística: preexistências e adequações

Quando publica, em 1956, *A cidade e as estrelas*, Arthur C. Clarke antecipa uma particular visão do futuro, no qual os seres humanos dominam os saberes que os levam à imortalidade, a reprodução se dá pela clonagem e o tédio da existência é afastado pelas aventuras simuladas nas situações virtuais. Nesse mundo, Diaspar é a única cidade que existe e, embora tenha mais de um bilhão de anos, permanece preservada na integridade material da sua origem. Para tanto, um exército de robôs trabalha permanentemente na manutenção dos arranjos de matéria que a constituem, de acordo com as informações contidas nos bancos de memória do computador central que a administra, material e socialmente, de maneira a guardar “a imagem da própria cidade, preservando cada átomo de todas as mudanças promovidas pelo tempo”. (Clarke,1979, p. 41)

Não tanto quanto Diaspar, evidentemente, mas, por bastante tempo, a paisagem das cidades foi mais estável e duradoura que as vidas humanas. Até meados do século XVIII, gerações se sucediam ocupando e utilizando espaços que perduravam, praticamente imutáveis, por longos períodos, e a substituição de edificações por outras – com espacialidade e funcionalidade mais adequadas –, não implicava no repúdio aos conceitos vigentes ou na desconfiança dos métodos disponíveis, partindo-se da constatação de que essa era a maneira de se atender às demandas que emergiam. A pouca diversidade de opções construtivas e a estabilidade da paisagem edificada contribuíam para que as substituições ocorressem sem traumas perceptivos, já que “o porvir histórico se manifestava mediante a caducidade dos objetos” (DE GRACIA,1996, p. 59) e o futuro era gestado na inevitável obsolescência das coisas pela passagem do tempo e pelo desgaste das intempéries.

A revolução tecnológica da industrialização e a disponibilidade de novos materiais e técnicas é que vão alterar, radicalmente, a antiga estabilidade das formas urbanas

e possibilitar novas relações com os espaços preexistentes, dando origem à variada diversidade de inéditos experimentos construtivos. A cidade torna-se um território configurado como um intrincado mosaico de tempos cristalizados em formas, que espelham a diversidade dos contextos que constituíram a sua fisicidade, um complexo artefato que nunca se concretiza nem se circunscreve, cuja dinâmica construtiva documenta a sua trajetória e é a razão de ser da sua existência.

A forma dos edifícios e das parcelas urbanas se consubstancia na espacialidade e na materialidade que resultam das técnicas empregadas e é mais estável e perene que as atividades que pode abrigar. Entretanto, é o uso a elas atribuído que lhes confere substância simbólica e significado, e contribui para alongar, com maior ou menor propriedade, a duração das suas constituições físicas.

Preservada na sua fisicidade constitutiva, mas destituída de uso, uma edificação não pode ser considerada arquitetura em sua inteireza, já que é obra de arte especial cuja utilização funcional lhe confere a substância variável dos significados no tempo. Se é na interação com o usuário que a obra se presentifica, a sobrevivência do edifício só é garantida com a adequação aos usos compatíveis às demandas do momento presente. Esses estreitos vínculos com as utilizações funcionais determinam que a plenitude das obras de arquitetura seja garantida pela atualização da capacidade de atender a novos usos.

Em vista disso, e para responder às constantes variações de demandas, a produção material da cidade passa a ser frequentemente reajustada com a abertura de vias, implantação de redes de infraestrutura, instalação de mobiliário e equipamentos e, principalmente, com reformas, ampliações ou substituições de tipologias edilícias existentes por outras configurações e novos usos. Nesse processo de alteração da paisagem urbana, trechos de logradouros, edificações e parcelamentos fundiários sobrevivem preservados sob variadas condições de conservação, como testemunhos da memória dos tempos passados que são vivenciados no presente como “momentos da existência” (ROSSI, 1997, p. 61) da cidade. No território das metrópoles contemporâneas, convivem espacialidades próprias da dinâmica urbana, que integram o “fio contínuo” da arquitetura da cidade (DE GRACIA, 1996, p. 57), configurações urbanísticas multifacetadas e híbridas, cristalizadas nas formas heterogêneas de épocas distintas que coexistem no mesmo espaço e que se distinguem pelo porte, pela época, pelas técnicas ou pelo estilo: a heterogeneidade multitemporal, “um conglomerado de estilos e tipos de intervenção sucessivos” a que se refere Canclini (1997).

A problemática da compatibilização das preexistências com as intervenções nelas realizadas, que emerge do interesse de “dar continuidade diacrônica à forma da cidade” (DE GRACIA, 1996, p. 61), é, portanto, tema que resulta da intensidade das modificações que o modo de produção industrial introduziu no processo de configuração das

idades. Nesses laboratórios de experimentações sociais em permanente mudança, as zonas mais centrais e/ou antigas concentram a representatividade e os valores que traduzem a trajetória da cultura local.

Os sítios antigos

Os sítios antigos são “âmbitos construídos pela história” (DE GRACIA,1996, p. 62), que não acompanharam a dinâmica urbana e permaneceram como “ilhas” onde sobrevivem testemunhos dos diferentes tempos da cidade (ROSSI,1977, p. 121/122) e se concentra a maior quantidade de monumentos, edificações e espaços públicos reconhecidos como dotados dos valores históricos, artísticos e culturais do capital simbólico acumulado ao longo da sua história. Por sua maior permanência como “estrutura estável e consolidada no tempo” (PIANO, 2005, p. 67) e pela representatividade que possuem como espaços de memória, essas áreas caracterizam-se pela variedade polimorfa e pela convivência dos conflitos de expectativas e das trocas sociais.

Mesmo localizados em cidades modernas com bases econômicas dinâmicas, é a duradoura existência material das configurações espaciais dos sítios antigos que perpetua a forma da cidade através da imagem (DE GRACIA,1996, p. 57), na qual o cidadão comum se reconhece e se identifica. Por isso mesmo, são os lugares de pertencimento de todos os cidadãos, independentemente das origens sociais ou da influência política e de ocorrência dos atos públicos, das manifestações populares e das celebrações cívicas.

Em vista dessas qualidades que acompanham as inquestionáveis capacidades simbólicas e representacionais, Barthes (2001, p. 229) aponta que os centros das cidades são possuidores de uma certa dimensão erótica, que estimula a realização de “atividades eróticas no sentido amplo do termo”, já que é no centro – “onde agem e se encontram forças subversivas, forças de ruptura, forças lúdicas” – que a cidade se reúne e que se efetiva como lugar privilegiado “de encontro com o outro”. E isso é ainda verdade na atualidade das grandes cidades que se tornaram a geografia da desigualdade concentrada, da insegurança e da violência, que reduzem o convívio e contribuem para a decadência da representação e da utilização dos espaços públicos.

O crescente interesse pelos centros históricos é visto por Jeudy (2005) como a resultante de dois vetores: o das políticas de atração turística e o do receio de perder a identidade cultural por imposição da mundialização homogeneizante. Choay (2000, p. 197-198) avalia que países como a França, a Espanha e a Itália têm na “indústria patrimonial” uma expressiva fonte de contribuição para o Produto Interno e que algumas regiões e localidades dependem das receitas do turismo cultural que ela qualifica de “fluxo transbordante e irresistível dos visitantes do passado”. Boyer (1995, p.4) adverte que muitos dos centros antigos das grandes cidades que foram restaurados transformaram-se em

representações falsificadas da identidade local e tornaram-se “lugares de divertimento, de pura brincadeira”, onde o consumo desempenha papel relevante.

Qualificado por Zukin (1996, p. 206-209) como “o grande exemplo de apropriação cultural de nosso tempo”, o processo de ressemantização do vernacular que ocorre em áreas antigas e degradadas que são tecnicamente adaptados para novas ocupações altera o significado dos remanescentes do passado segundo as regras de consumo da lógica espetacular da paisagem urbana pós-moderna. Alerta a autora que, entretanto, resistem a essa uniformização da paisagem e dos comportamentos “as atividades diárias e os rituais sociais que constituem o vernacular” com vínculos estreitos com o lugar.

A continuidade do ambiente construído da paisagem multitemporal da cidade é percebida no processo de acumulação seletiva das ações de preservação, ou de destruição, em parcelas constituídas por antigas formas urbanas, com origens em distintos momentos históricos que perduraram no tempo, como permanências que documentam a diversidade das identidades que as ergueram. Palco da tensão entre garantir a preservação material da cidade antiga ou atender as pressões pela cidade futura, por força das dinâmicas inexistentes à época da sua edificação, as permanências são vestígios de estruturas urbanas consolidadas em fragmentos antigos, dinâmicos e heterogêneos, como “rastros” de comportamentos técnicos, estéticos e funcionais de práticas sociais já superadas no tempo.

Essas edificações, ou conjuntos, adquirem caráter simbólico como testemunhos históricos e/ou estéticos exemplares da cultura de grupos, comunidades e sociedades e são submetidas ao julgamento valorativo da história, da teoria e da crítica, bem como ao acolhimento do saber comum, para que passem a integrar o universo das obras reconhecidas.

Mesmo conscientes da perecibilidade dos artefatos materiais, persiste nos seres humanos o desejo de dilatar a existência desses exemplares portadores de valor específico e representativo, para protegê-los da passagem do tempo. Quando recusam reconhecer o valor da memória edificada e permitem a destruição do acervo remanescente, as sociedades realizam uma espécie de “lobotomia cultural” (ROTH, 2003, p. 142), entendida como o apagamento mnemônico irreversível dos percursos culturais documentados nas formas construídas preservadas, cujo contato material favorece a rememoração do passado histórico.

Preservação, uso e conservação

Por tratarem de elementos privilegiados das estratégias político-econômicas apoiadas em evidenciar diferenças e em afirmar identidades, as noções de cultura e patrimônio sofreram profundas alterações nesses tempos recentes de globalização homogeneizadora.

No bojo da valorização das tradições culturais e da expansão das questões da conservação patrimonial, antigos conceitos e critérios foram reconfigurados e estruturou-se um novo quadro de referências legais, administrativas, técnicas, tecnológicas e estéticas, com a valiosa contribuição de pesquisas, de projetos e de realizações inovadores.

Enquanto a montagem da história se deu pela sucessão de eventos extraordinários, o potencial passivo dos monumentos foi utilizado como suporte de discursos baseados no caráter de excepcionalidade. A historiografia mais recente privilegia interpretações de longa duração, que identificam elementos estruturantes em periodizações mais amplas que imbricam interesses por assuntos de importância variada. Pela amplitude e completude da escala espaço-temporal dessas abordagens, os conjuntos urbanos substituem as edificações isoladas notáveis na representação da memória e da identidade coletiva. Com a redefinição do significado de patrimônio artístico e histórico para o de patrimônio cultural, os monumentos isolados são entendidos como elementos dos conjuntos da cidade convertidos em patrimônio físico e cultural, parcelas urbanas que tanto contextualizam objetos materiais como interações sociais.

Como construção ideológica, a seleção do patrimônio a preservar atende às conjunturas dos conflitos no tempo e no espaço, como pactos acordados em contextos submetidos a pressões culturais e econômicas, que, em permanente tensão dialética, atuam simultaneamente contra os testemunhos do passado e a favor da sua preservação.

Entretanto, as políticas de preservação dos bens culturais e, mais especificamente, do patrimônio arquitetônico e urbanístico, não seduzem tantos adeptos como as questões da sustentabilidade ambiental, por estas dizerem respeito ao bem-estar, à qualidade de vida e à viabilidade do ecossistema do planeta, enquanto que as do patrimônio cultural reportam-se às necessidades espirituais dos seres humanos e necessitam, portanto, de maior sensibilidade e esclarecimento para serem percebidas⁸.

Se a preocupação ambiental foi absorvida nos currículos escolares brasileiros, a proteção dos bens culturais não logrou a mesma sorte, não se desvinculou do pecado original de resultar das refinadas construções ideológicas dos intelectuais eruditos a elas vinculados⁹. Esta mescla de autoritarismo com distanciamento elitista contribuiu para o descaso e o desinteresse com o tema, que permanece pouco conhecido e divorciado das preocupações mais objetivas da população em geral. Este quadro é ainda agravado por governantes que se voltam para a apropriação utilitarista das potencialidades turísticas do patrimônio ou para utilizar a sua proteção como um ardiloso “álibi” para justificar ações de veladas intencionalidades. (MONNET, 1996)

A cidade é uma obra aberta de múltiplos autores que refaz a sua fisionomia urbanística em constantes alterações formais e funcionais para responder às reestruturações sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas, gestadas na diversidade das

conjunturas históricas. Nesse ambiente em permanente mudança, é cabal a impossibilidade de preservar, por longos períodos, os testemunhos das formas adquiridas no passado. Daí o perigo de se apostar na rigorosa abordagem contextualista do tipo morfo-tipológico¹⁰, assentada na inserção muda nas preexistências, sem distinções ou conflitos entre alteridades aparentes. Mesmo as cidades que se preservaram mais uniformes possuem realizações contemporâneas que atualizam a fisionomia e a destinação do seu tecido tradicional.

Vale salientar que nem sempre a modificação está afinada com a contemporaneidade, nem traz em si o desejo de alterar o *status quo*. Tanto pode inserir-se na fisionomia preexistente de maneira imperceptível, como, ao contrário, pode impor-se afirmativamente, em claro contraste e oposição.

Por sua imobilidade, o caráter plástico da edificação não diz respeito apenas a si próprio, mas decorre da relação com o sítio onde se ergue, e a sua estabilidade construtiva depende das características ambientais do local no qual está assentada. Daí se concluir que a obra é reconfigurada a cada nova configuração do entorno e, em sentido mais amplo, aos contextos determinados por cada momento histórico a que estiver submetida. Portanto, o conceito de contextualidade não pode se limitar à aparência da edificação, ou da sua ambiência urbanística, mas deve, sobretudo, ser caracterizado pela adequação da obra aos ambientes de pensamento, de ação política e de sistemas produtivos do momento contemporâneo à sua intervenção.

A abordagem crítica do problema não pode ser meramente instrumental, burocrática e administrativa, e a avaliação deve extrapolar a manutenção da aparência material como sinônimo da preservação do valor artístico ou histórico do bem protegido, percebendo-os como estruturas mutantes e plenas de substâncias imateriais. Para atingir a continuidade histórica dos tecidos antigos, é necessário distanciar-se da mera preservação acrítica da feição e da função original, cujo objetivo é a impossível reabilitação do passado.

Para ter a duração dilatada para o futuro, os conjuntos urbanos necessitam ser ajustados aos contextos vigentes, apropriando-se de materiais, tecnologias e tipologias que não mascarem a diversidade intrínseca à trajetória das produções culturais na história, que é dinâmica e mutante, nunca se congela ou interrompe e só pode ser entendida a partir do presente.

O efeito jurídico das legislações de proteção patrimonial é o de coibir ações que possam intervir negativamente em um bem protegido, mas não deve ser entendido como sinônimo de submissão do bem à imutabilidade da sua condição material. Mesmo porque as leis, embora necessárias, não são suficientes para preservar um objeto arquitetônico ou um conjunto urbanístico, já que não podem impedir as inevitáveis mudanças neles produzidas pelos processos degenerativos a que estão submetidas todas as coisas orgânicas e inorgânicas.

Daí a impossibilidade de se adotar uma visão estática e tentar preservar a plenitude constitutiva do momento inaugural da obra, já que os danos nela causados pelo tempo não permitem que readquira a integridade perdida, mesmo submetida a operações reparadoras bem sucedidas. O conteúdo material e o contexto a que pertencem estão em permanente mutação, por deterioração, por outros usos que não os originais, ou por valores e significados que lhes são agregados ou retirados ao longo do tempo.

Portanto, o valor das edificações e dos conjuntos urbanos que pertencem às representações da memória e da identidade coletiva deve ser conservado, substituindo-se a fracassada reabilitação do passado pela preservação da continuidade histórica dos tecidos antigos. E isso pode se conseguir ao se preservar a historicidade dos bens culturais com realizações assentadas na memória das tradições e afinadas com o espírito conceitual e tecnológico do presente, alterando-lhes o necessário para dilatar-lhes a existência, com ações de conversão funcional e simbólica que reduzam os impactos agressivos das interferências ambientais e humanas na materialidade das edificações e dos lugares degradados.

Transformar para conservar: projeto e mudança

O embate das forças da conservação e da transformação rege as trocas metabólicas no planeta e perpassa a existência biológica, psicológica e social dos seres humanos. Os campos dos saberes teóricos e práticos vinculados à proteção patrimonial tendem a ser perpassados pelo entendimento maniqueísta de que existe um antagonismo entre as posturas que advogam a estabilidade preservacionista, que representa o lado do bem, e as do lado do mal, que defendem a mudança renovadora. A complexa imaterialidade das preexistências conceituais, morais e sociais reage, com maior dificuldade e inércia que a ambiência física, à assimilação das propostas de alteração, e os entendimentos reducionistas não levam em conta que a opção pela preservação não é necessariamente positiva, assim como as intenções de modificar uma situação julgada inadequada ou inconveniente não carrega conteúdo intrinsecamente negativo.

Ressalte-se que nem toda mudança implica em melhoria, nem modificar é, necessariamente, sinônimo de alteração radical. Nem sempre as ações de adequação, de reconstrução ou de restauro atuam beneficentemente, e podem funcionar, ao contrário, como elemento de tensão e desestabilização das estruturas preexistentes. Mesmo com a intenção de implantar uma relação não disruptora, as alterações não são condição necessária, nem suficiente, para elevar qualitativamente os atributos do lugar.

Os partidários da invariância, que geralmente defendem a manutenção da aparência da obra como a melhor tradução das suas qualidades, não dispensam atenção e cuidado semelhantes à preservação da forma do edifício, entendida como a resultante

da combinação da plasticidade, materialidade e usos compatíveis e adequados às características das suas espacialidades.

Projetar é optar entre infinitas possibilidades para criar uma nova situação partindo-se da interpretação da conjuntura de preexistências – históricas, culturais, políticas, econômicas, conceituais, tecnológicas e ambientais – que estabelece o embate entre o **princípio** e a **circunstância**, isto é, entre a aplicação do **conceito** e a receptividade deste no **momento** no qual é submetido a avaliações, críticas e adequações. Sendo cada contexto uma situação de abordagem do problema, é impossível se estruturar um *modus operandi* generalizável: os campos teórico-conceituais e prático-projetuais serão tão mais eficientes quanto mais adaptáveis forem às especificidades de cada caso a enfrentar.

Daí a amplitude do termo “intervenção”, que abarca modificações em preexistências edilícias e urbanísticas, com diversas compreensões e procedimentos de conservação da materialidade dos remanescentes do passado, ao adequá-los ao conforto, aos materiais e à tecnologia dos usos contemporâneos. O âmbito das ações de intervenção pode ser tanto material, quando altera o significante da obra de arquitetura, como imaterial, quando o alterado é o significado do objeto. O enxerto da novidade arquitetônica na preexistência atua como o a da *différance*, como o elemento inserido no texto significante, que modifica a sua estrutura compositiva mas não o seu conteúdo simbólico: tal como o uso altera o significado mantendo o significante, o enxerto altera o significante mantendo o significado. (DERRIDA, 1968)

As propostas de intervenção são fruto de decisões assentadas em julgamentos efetivados em conjunturas específicas e, muitas vezes, resultam de comportamentos e entendimentos conflitantes com os defendidos pelos órgãos de proteção. Esses conjuntos de ações podem ser entendidos como uma **operação de tradução**, que identifica e compreende o sentido da obra para transferi-lo para o futuro – uma ação de parceria entre o **tradutor** e o **autor** da obra que se efetiva na compreensão do texto original.

As intervenções são respostas “projetuais” e “arquitetônicas”, opções de enfrentamento do problema, textos operacionais de estratégias de combate para garantir a continuidade da vida dos sítios e das edificações de valor cultural reconhecido. (SIZA, 2000, p. 39; CRUZ, 2007, p. 35) Para evitar que a história seja falseada, deve-se analisar criticamente o passado e a tradição e fazer uso de toda a tecnologia disponível para reduzir o desgaste e ampliar a duração da permanência material da obra no porvir. Em vez da tentativa de reproduzir condições técnico-produtivas superadas, que aviltam a historicidade das estruturas remanescentes, deve-se adotar mecanismos de adaptação das materialidades afinados às demandas plásticas, espaciais e funcionais das conjunturas sociais, econômicas e culturais do momento contemporâneo à sua realização, com uma expressão de perfil moderno¹¹.

A preservação do antigo se efetivará de maneira absolutamente consciente, manifesta e contemporânea, se não for abandonado o respeito ao sentido de história e à integração aos elementos do lugar. Para desenvolver projetos de plasticidades e espacialidades circunstanciados às contingências do presente histórico, que utilizem elementos dissonantes das linguagens encontradas, o arquiteto deverá se respaldar na análise da configuração do sítio e do lugar, no conhecimento referencial da experiência histórica e na contextualização teórico-filosófica, para subsidiar e estimular a crítica analítica e a conceituação interventiva das suas indagações formais.

Quando analisados com menos preconceitos, os projetos que interpretam o espírito da contemporaneidade e aparentam travar um agressivo conflito expressivo com a tradição revelam-se fecundos em enaltecer a continuidade histórica de parcelas urbanas imantadas de historicidade identitária. Ainda que sejam flagrantes as alteridades originadas na diversidade de objetivos e meios dos momentos que as configuraram, a nova arquitetura assim comprometida estabelece uma relação de convívio com as preexistências.

Arquitetura e atualização: uma questão de projeto

Num ensaio escrito em 1933, denominado *Em Louvor da Sombra*, Junichiro Tanizaki discorre com resignada objetividade prática e linguagem poética, sobre as mudanças então em curso no Japão, provocadas pela introdução das tecnologias ocidentais que afetam a arte de viver e a percepção tradicional do mundo: do teatro, da gastronomia, do corpo feminino e, sobretudo, da arquitetura. Comenta a dificuldade de construir uma edificação “no mais puro estilo arquitetônico japonês”, em vista da impossibilidade de “harmonizar certas instalações como rede elétrica, de água e de luz com a sobriedade dos aposentos japoneses” e reflete sobre como as comodidades modernas, como aquecimento e aparelhos sanitários, facilitam a vida diária, mas dela retiram os atributos estéticos ancestrais, o seu “ar de antiguidade”. (TANIZAKI, 2007, p. 7-33)

Sem que esse fosse o seu objetivo, as reflexões de Tanizaki apontam para as especificidades da arquitetura que combina **objetividade perceptiva** com subjetividade sensitiva – como espacialidade, territorialidade, habitabilidade, conforto, luz, cor, forma e significado – por ser obra de arte que sintetiza **intenção estética, domínio tecnológico e destinação utilitária**, que não resulta da aplicação de protocolos, fórmulas ou teoremas, mas sim da interação entre **necessidade demandante, realidade objetiva e domínio criativo**.

Portanto, a decisão de intervir em um objeto arquitetônico implica situações e condicionantes que podem não possuir relevância nas demais expressões artísticas. Diferentemente da escultura e da pintura, que não necessitam de instalações para permitir

a sua apropriação no tempo¹², a longa duração das obras de arquitetura faz com que elas, a cada momento histórico, sejam solicitadas a atender aos requisitos técnicos, tecnológicos e de conforto contemporâneos, com procedimentos de atualização funcional que possam garantir a preservação dos valores artísticos, históricos e identitários.

Por serem elementos imóveis, de grande porte, que constituem o contexto ambiental da cidade em permanente mutação, as edificações e os conjuntos urbanos não podem ser isolados e protegidos em ambientes adequados para dilatar-lhes a sobrevivência no tempo, com procedimentos de preservação e conservação semelhantes aos dos outros bens culturais. O que garante a apropriação e a sobrevivência das antigas edificações e parcelas urbanas é que elas sejam adaptadas às instalações e aos equipamentos que atendam às solicitações estéticas, de conforto e de funcionalidade de cada conjuntura histórica. Dessa maneira é que a cidade e a arquitetura podem ser inseridas no presente histórico dos usos e das tecnologias, possibilitando que o valor artístico e a representatividade documental e identitária perdurem na historicidade dinâmica da sua utilização.

Como não dizem respeito apenas ao atendimento funcional das demandas contemporâneas, os procedimentos de adequação necessitam ser permeáveis às adaptações que possam alterar a aparência da obra, entendida como subsidiária dos elementos estruturais da arquitetura: a forma, plasticidade material que perdura no tempo e a sua utilização dinâmica que lhe agrega conteúdos simbólicos a cada nova destinação funcional.

A destituição das finalidades dos edifícios, pela subutilização ou não utilização que lhes é imposta, termina por isolá-los como que congelados em um instante ótimo da existência, impossível de ser alcançado por ter sido superado pela sua historicidade. O grau de conservação da edificação e a sua permanência futura vão depender do conjunto combinado de decisões projetuais de opções de utilização, invenção de espacialidades e aplicação de tecnologias.

Comprometidas com o espírito do presente, as estratégias de dilatação da durabilidade da obra, adaptando as suas condições originais – formais, técnicas e funcionais –, devem se apoiar na análise de potencialidades dos imóveis fundamentada no valor de representação, no estado de conservação e nos usos opcionais. A eficácia dessa ação atualizadora, que passa a constituir a materialidade e a sensorialidade da composição formal e da espacialidade do objeto arquitetônico primitivo, parte da interpretação das utilizações mais adequadas e é tão importante quanto a definição das técnicas a utilizar, já que a qualidade da conversão funcional e a conservação da edificação dependerão da justeza dessa avaliação.

Cabe ressaltar que nem todas as edificações que servem de testemunho histórico e político são reconhecidas como obras de arte e, mesmo assim, são equivocadamente

tratadas como se o fossem, nos procedimentos de preservação a que são submetidas, protegidas de usos e de utilizações mais intensas, para garantir-lhes melhor conservação e dilatar-lhes a permanência no tempo. Ainda que a teorização conservacionista privilegie os enfoques das ações de restauro nas preexistências, estas são objeto de experimentações de preservação multifacetadas que constituem um conflituado corpo disciplinar *ad hoc*, que não é apropriado como referência às práticas administrativas, teóricas ou projetuais. As divergências dessa multiplicidade de enfrentamentos alimentam o embate entre a observância às condutas mais próximas aos critérios da restauração e a consideração do problema como um ramo do projeto arquitetônico, que deste advoga a incorporação da sua liberdade criativa.

Ressalve-se que, ainda que os procedimentos e técnicas específicas do restauro sejam inquestionavelmente imprescindíveis para atender a preservação dos elementos da estrutura, dos equipamentos e dos materiais utilizados no edifício, as decisões acerca do comportamento futuro da edificação guardam maior afinidade com as questões do projeto de arquitetura.

As intervenções em preexistências patrimoniais materiais atendem às demandas de trazer para o presente e transferir para o futuro a estruturação espacial de edificações e/ou conjuntos urbanos, e devem ser abordadas como um ramo¹³ de atuação especial da atividade projetual dotada de condicionantes e limitações que lhe são específicas. Como projetos de arquitetura, pertencem aos domínios da arte e da sensibilidade, mais próximos, portanto, das emoções e menos afeitos aos rigores da razão científica e são, por isso, melhor avaliadas através de análises que privilegiem o valor estético sobre os de representatividade histórica.

Tanto a preexistência como a intervenção que nela se deseja realizar são, elas próprias, obras de arquitetura e, como tal, devem ser objeto de avaliação crítica semelhante, ainda que referenciada nas especificidades dos momentos históricos que lhes deram origem, já que a sua percepção depende de como é absorvida pelos contextos físico-ambientais, político-econômicos e socioculturais, que se alteram no tempo.

As intervenções projetuais em preexistências

O realce à importância das preexistências para a memória das cidades e o valor expressivo intrínseco ao contexto urbanístico, que Rossi defende n' *A Arquitetura da Cidade*, de 1966, já havia sido antecipado por Lina Bo Bardi, na sua tese *Contribuição Propedêutica ao Ensino da Teoria da Arquitetura*, apresentada no concurso para a cátedra de Teoria da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), em 1957. Nela, Lina preocupa-se com a morfologia urbana, "a descrição das formas de um fato urbano" (ROSSI, 1977, p. 37), e entende a própria cidade como

arquitetura, nas espacialidades abertas e fechadas, internas e externas, amplas ou delimitadas. Afirmo que os espaços internos das edificações são os “espaços externos do urbanismo que, [...], é, por sua vez, Arquitetura” (BARDI, 1957).

Antes disso, com o projeto de readequação do Palazzo Bianco de Genova, parcialmente destruído pelas bombas aliadas, Franco Albini lança, em 1952, os fundamentos da preservação do patrimônio arquitetônico com procedimentos que ainda persistem. Requalifica o palácio em museu apoiando-se na “estrita ética racionalista”, que reconhece o valor implícito na preexistência e se preocupa em garantir qualidade semelhante nas alterações nela realizadas. (GREGOTTI, 1969; LEET, 1990; SARGIOTTI, 1999)

Portoghesi (2006)¹⁴ defende uma arquitetura que seja instrumento de diálogo entre as gerações, sendo esse o objetivo das intervenções nos contextos preexistentes que configurariam um conjunto de táticas de transferência das permanências do passado, que são vivenciadas no presente, para o futuro. Episódios circunstanciais dos percursos históricos dos espaços construídos, estas alterações carregam a intenção objetiva de prorrogar a integridade material das realizações culturais e a contribuição subjetiva para que elas permaneçam como emissoras de ressonâncias simbólicas.

Para Siza (apud CRUZ, 2007, p. 77, 115, 29, 21) o passado deve ser uma referência presente na arquitetura da cidade, cristalizada nas formas de épocas distintas que coexistem no mesmo espaço em acumulações multifacetadas. Argumenta que as intervenções na complexidade histórica da cidade devem “recuperar ambientes arquitetônicos”, nos quais “os monumentos vivem como complemento do tecido urbano” e advoga a “contenção na hora de introduzir a nova arquitetura” ao refutar a atitude projetual excessivamente personalizada e protagonista, “destinada a deixar uma assinatura introduzindo alterações significativas em nome de nossa época”. (SIZA apud CRUZ, 2007, p. 21)

Sendo pressuposto da arquitetura a criação de um lugar, daí a probabilidade da introdução da novidade para a qual não foi concebido “desinstalar” o lugar preexistente, ao se “concretizar uma forma arquitetônica onde já existe uma organização prévia criada pelo engenho humano” (DE GRACIA, 1996, p. 11). Isso porque o ambiente construído é ressemantizado por toda ação que supõe “uma modificação do *locus*”, que estrutura uma *re-forma* em um lugar que já existe – “um lugar que já tem forma” – (DE GRACIA, 1996, p. 11) e que foi configurado pelas formas que lá se erguem.

A arquitetura só se realiza na preexistência e “nenhuma nova arquitetura pode surgir sem modificar o que já existe” (GREGOTTI, 1996, p. 67), já que todo projeto altera o contexto, ainda que o avanço tecnológico tenha libertado os arquitetos da contextualização ambiental, no que concerne à adequação climática e à implantação no terreno – à “domesticação da topografia” a que se reporta Siza (2000, p. 47, 17) – ao

reconhecer “a relação entre natureza e construção” decisiva na arquitetura. Gregotti (2000) extrapola a interdependência entre arquitetura e ambiência, do âmbito do sítio para o da cidade, como condicionante para o projeto arquitetônico:

Antes de mais nada nós olhamos o entorno. E a relação entre o que devemos construir com o entorno. Não só do ponto de vista da percepção, mas também em relação às tradições, como a cultura e o modo de pensar. [...] Analisamos qual significado tem aquele lugar em relação à cultura do lugar, a relação com o sítio. Não significa que quando nós analisamos o contexto temos que fazer algo de parecido, muito pelo contrário. Mas para fazer algo é necessário conhecer e criar um diálogo. (GREGOTTI, 2000, p. 38)

Ressalte-se que toda realização arquitetônica é inevitavelmente incorporada pelo contexto do entorno urbanístico e pela conjuntura teórico-conceitual vigente. Essa capacidade da cidade de absorver a novidade é reconhecida por Jeudy (2005, p. 81) quando argumenta que, em períodos relativamente curtos, os projetos concretizados em edificações são transformados “em expressões de uma urbanidade integrada”. Com o tempo, mesmo os que são duramente criticados e rejeitados na origem, integram-se ao patrimônio da cidade como “o signo patrimonial de uma época” (JEUDY, 2005, p. 82). Ainda que ocorra como manifestação de repúdio, esta atitude reconhece o objeto da sua rejeição, já que só se refuta o que se julga importante, mesmo que inconscientemente.

Embora conste de um artigo publicado em 1985, é ainda atual a argumentação de Solà-Morales (2006, p. 254) acerca do convívio entre arquiteturas novas e antigas em um mesmo sítio, ao avaliar a dificuldade de um *corpus* teórico “científico” que apoie, com precisão e universalidade, um território de atuação submetido a “valores culturais” em permanente mutação, que interpretam a densidade simbólica das permanências e das alterações a realizar. Reconhece que essa *praxis* só pode ser estabelecida caso a caso¹⁵, em estreito contato com o objeto e ressalta o caráter crítico da interpretação e apropriação ao contexto e dos nexos de espacialidade, plasticidade e funcionalidade do lugar reconfigurado pela intervenção. Identifica no final do século XX uma crise cultural exteriorizada como “uma crise de modelos universais” (SOLÀ-MORALES, 2006, p. 260), cuja ausência de cânones, certezas ou verdades históricas se contrapõe à universalidade dos referenciais estilísticos acadêmicos e à formatividade racional-subjetiva do abstracionismo modernista.

Contemporaneidade e regulamentação: conflito e superação

A dinâmica da estruturação pluralista e multifacetada da paisagem construída da cidade contemporânea, onde convivem representações formais erguidas em tempos distintos, aproxima-se do processo de alteração permanente observado na configuração orgânica das paisagens naturais. A par disso, observa-se, nas últimas três décadas, que as noções de cultura, patrimônio e preservação sofreram profundas alterações, quando

novas demandas se configuraram, conceitos e critérios se expandiram, desenvolveram-se pesquisas e projetos inovadores, surgiram procedimentos legais, administrativos, técnicos e tecnológicos antes inexistentes.

Permeada pela irrestrita abrangência conceitual, crítica e criativa, permitida pela ausência de traços unificadores e cânones limitadores às práticas projetivas no exercício das múltiplas alteridades, a realidade atual conduz a um novo estatuto da compreensão da cidade, da arquitetura e, mais especificamente, da preservação.

Nesse cenário, o conflito assenta-se em quatro pontos:

1. no **arquiteto** como sujeito realizador do projeto;
2. na **edificação** ou **conjunto urbano** como objeto;
3. nas **instituições** responsáveis por legitimar o valor dos bens e por aprovar a ação dos arquitetos sobre estes, e
4. no cidadão **usuário**.

Para subsidiar as decisões projetuais e as avaliações das propostas de intervenção nessa contextualização, o empenho teórico e crítico deve se voltar para as potencialidades de superação de conflitos, para que o convívio entre o novo e a preexistência deixe de ser a conturbada oposição entre contrários, isto é, entre os projetos e obras dos realizadores e os juízos de reconhecimento que estimulam. Para não perder de vista o objetivo maior de proteger as arquiteturas patrimoniais, torna-se fundamental atualizar os entendimentos de história, de estética e de representação das práticas dos projetistas, analistas, construtores e fiscais vinculados às questões da preservação patrimonial.

O quadro nacional ainda carece da instrumentalização da crítica – objetiva e desapixonada – que contribua para que as ações sobre as preexistências não ocorram sob a égide do vale-tudo que combina o descaso pelo valor do edifício, a insensibilidade profissional e a carência de embasamento teórico e prático, potencializado pelo desinteresse da população, pelo corporativismo dos especialistas, pelo antagonismo reativo das experiências e pela apropriação oportunista da questão da preservação do patrimônio cultural¹⁶.

Entende-se que o deslocamento do problema das intervenções, do âmbito preferencial e mais restrito dos procedimentos do restauro para o universo mais amplo dos projetos de arquitetura, reduziria a dependência de juízos de valor dos experts de práticas superespecializadas¹⁷ e promoveria uma oxigenação renovadora, mas não isenta de riscos potenciais, no processo de transmissão da obra do presente para o futuro. Daí a necessidade de um referencial teórico-crítico que atue como um território de convergência de conhecimento e experiências, ao largo de preconceitos reativos, que permita a ocorrência de intervenções afinadas a diferentes códigos de expressividade, procedi-

mentos e entendimentos, das ilimitadas opções do universo da proteção: conservação, estabilização, complemento, reconstrução ou, inclusive, restauro.

Tal qual as preexistências materiais, o arcabouço legal que fundamenta a preservação dos bens culturais configura uma preexistência cujos procedimentos de aplicação devem ser objeto de intervenções para adequá-lo às demandas da contemporaneidade. A legislação brasileira vigente de proteção ao patrimônio é muito parcimoniosa na utilização de instrumentos jurídico-administrativos compensatórios, aplicados internacionalmente, como os institutos do solo criado ou da transferência do direito de construir, que funcionem como contrapartida para as perdas reais do valor imobiliário dos imóveis protegidos, como compensação para os altos custos de conservação e como estímulo aos investimentos em obras de preservação¹⁸.

É evidente a necessidade de se implantar um modelo mais dinâmico, menos autoritário e centralizador, que contemple a maior participação das municipalidades e adote procedimentos decisórios alternativos, como colegiados integrados por representantes do governo, da sociedade e de entidades. Esse modelo melhor traduziria a configuração sociocultural das realidades específicas para ampliar as possibilidades de análise, de julgamento e de fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas e dos entendimentos que transcendem a mera especificidade dos ritos da burocracia administrativa.

Uma vez modificado o quadro regulatório, e ampliadas as possibilidades de atuação, surge a necessidade de se pensar em instrumentos que facilitem a adequação e a compatibilidade das propostas. Vale ressaltar que a baixa qualidade de projeto e de obras não é um problema que diga respeito unicamente às intervenções em patrimônios artísticos e/ou históricos, é uma praga nacional perversa que combina deseducação, ausência de sensibilidade e processos administrativos viciados, nutrida pela falta de concursos públicos para pessoal qualificado, ideias e projetos e por procedimentos licitatórios e fiscalizatórios complacentes ou omissos.

As preexistências artísticas, históricas e antropológicas não devem ser encaradas como um elemento de impedimento, um estorvo dispensável e desvantajoso para o desenvolvimento, mas como vantagens competitivas valiosas e apropriáveis, com o respeito que merecem por sua importância representacional, evitando transformá-las em lembranças estáticas de um tempo estrangeiro, longínquo e para sempre passado, um documento nostálgico das irrecuperáveis qualidades perdidas. A preservação do legado da diversidade cultural deve ser tratada como uma variável privilegiada de estratégias de crescimento econômico¹⁹, como objeto de políticas públicas e privadas, adequadas às diversificadas conjunturas de gentes, de tempos e de espaços.

Preservar preexistências para reduzir as inevitáveis perdas e, sobretudo, para possibilitar que as produções materiais da cultura sejam adaptadas ao pensamento e às

necessidades de cada momento histórico, através de ajustes funcionais, técnicos e estéticos. Em vez de limitar, preservar redimensiona e redireciona estratégias políticas, administrativas e econômicas já que não existe uma contradição específica entre antigo e moderno, entre preexistência e novidade, entre proteção e desenvolvimento.

Portanto, há que se tentar reduzir o isolamento defensivo e os preconceitos sedimentados e se definir procedimentos mais adequados ao momento contemporâneo, que possam favorecer acordos, alianças e cooperações, já que não é pelos caminhos da sacralização segregacionista que se pode defender o acervo dos bens que documentam a trajetória cultural de comunidades ou sociedades.

Muito ao contrário, o que se deve é tensionar a crítica desveladora até os limites da fadiga das suas formulações conceituais e filosóficas, para que se possa atualizar e fortalecer os entendimentos que permitirão suportar a concepção, a realização e o convívio com esses inevitáveis procedimentos.

Maurício de Almeida Chagas é professor adjunto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde leciona na Graduação e na Pós-Graduação. Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), especialista em Análise de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Regional pela University of Ottawa (Canadá), especialista em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB). Foi diretor do Departamento de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Brasília e superintendente da 7ª Superintendência Regional do IPHAN na Bahia.

Notas

- ¹ Referência à fala do líder androide agonizante, no final do filme *Blade Runner*, realizado por Ridley Scott e lançado em 1982.
- ² Esse termo tem sua origem na expressão da língua inglesa *business climate* que denomina o conjunto de facilidades políticas, administrativas, fiscais-tributárias, de mão de obra qualificada e de qualidade de vida que poderiam ser encontradas nas cidades como forma de atrair potenciais investidores e consumidores externos a elas.
- ³ No caso brasileiro, essas demandas são absorvidas por ações públicas e privadas, cujos procedimentos mais comuns são as alterações “modernizadoras” no aspecto externo das fachadas, e nas novas instalações e infraestruturas para ampliar o conforto dos espaços construídos. No que diz respeito às arquiteturas patrimoniais, e aos seus entornos, o cenário é ainda mais complicado.
- ⁴ Edifícios extremamente valorizados pelos significados impregnados na forma-mercadoria, transformados em “iscas culturais” (ARANTES, 2000, p. 46), verdadeiros agentes de atração de vorazes consumidores do turismo de massa, como o conjunto de obras erguido, durante o governo Mitterrand, na cidade de Paris e conhecido como *Les Grand Travaux*.
- ⁵ Simulacro entendido, conforme Jameson (1997, p. 45), como a “cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu”.
- ⁶ Nas artes plásticas a partir da exibição, em 1917, do *ready-made* A Fonte, de Marcel Duchamp, e na arquitetura, após a conclusão do Beaubourg de Renzo Piano e Richard Rogers, em 1977, em Paris.
- ⁷ Vale ressaltar a coincidência dessas preocupações com o momento do surgimento do mundo virtual cibernético e da globalização homogeneizadora de paisagens físicas e culturais.
- ⁸ Existe a convergência na atualidade de interesses conservacionistas ambientais e culturais, e são aplicados na preservação patrimonial paradigmas ecológicos enriquecidos por teses que compatibilizam o desempenho energético com a proteção do ambiente. Adquirem relevância as estratégias de poupança de energia combinadas à melhora do conforto e a ampliação da vida útil da edificação, conjugando a seleção qualitativa dos novos usos com a especificação de materiais reciclados, duráveis ou não poluentes.

- ⁹ O Estado Novo getulista de inspiração nazi-fascista.
- ¹⁰ A terminologia utilizada – morfo-tipológico – reporta-se à parcela do conjunto urbanístico configurado pela combinação da morfologia dos espaços abertos com as tipologias das edificações.
- ¹¹ Arquitetura moderna entendida como a que é fruto das condições objetivas do seu momento histórico e não aquela vinculada ao Movimento Moderno. Um entendimento, portanto, coerente ao surgimento desse vocábulo, no século V, para diferenciar a emergência contemporânea de um mundo cristão numa conjuntura caracterizada pelas permanências greco-romanas.
- ¹² Não há necessidade dessas obras serem dotadas de rede de água, eletricidade, esgotamento sanitário, telefonia, lógica, isolamentos termoacústicos, aquecimento e ar condicionado central; nem equipamentos como cozinhas industriais, elevadores, câmeras de segurança, torres de telecomunicação, alto-falantes ou sistemas de informação.
- ¹³ Ramos como o dos tipos funcionais, o de estruturas de grande porte ou o de paisagem.
- ¹⁴ Declaração registrada na matéria “Sagrado, mas concreto”, de Suzana Velasco, publicada no Segundo Caderno do jornal O Globo, de 6/7/2006.
- ¹⁵ Conclusão esta bastante assemelhada à de Azevedo (1974), quando afirma não haver “método universal para a reanimação, como não há para o restauro, a não ser a regra do caso por caso”.
- ¹⁶ Situação bastante semelhante é comentada por Choay (2000, p. 186) no que diz respeito ao caso francês e por Navascués (1993, p. 22) quanto à Espanha.
- ¹⁷ Nisso aproxima-se daquela espécie de “esoterismo médico”, a que se refere Foucault (2006), no que esta designação remete a um círculo de iniciados na linguagem específica e intencionalmente restritiva de um saber ao qual não se deseja ampliar o acesso.
- ¹⁸ Conhecida como Estatuto da Cidade, a lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e traz instrumentos indutores da proteção e preservação do patrimônio arquitetônico como a transferência do direito de construir, o direito de preempção e o estudo de impacto de vizinhança.
- ¹⁹ A esse respeito Jack Lang costumava afirmar quando ocupava a pasta de Ministro da Cultura da França: “Cultura é o nosso petróleo”.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fata: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 11-74, 2000.
- ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. O patrimônio: usar para preservar. In: **Revista Planejamento**. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, v. 2, p. 389-395, 1974.
- BARDI, Bo Lina. Uma aula de arquitetura. **Revista Projeto**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda, n. 133, p. 103-108, 1989.
- _____. **Contribuição propedêutica ao ensino da teoria da arquitetura**. São Paulo: Habitat Editora Ltda, 1957.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOYER, Christine. **O retorno da estética no urbanismo**. Tradução Anete Araújo. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1995.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 11 jul. 2001
- CANCLINI, Nestor García. Culturas urbanas de fin de siglo: la mirada antropológica. In: **Revista Internacional de Ciencias Sociales**. Unesco, n. 153, set. 1997. Disponível em: <<http://132.248.35.1/cultura/ponencias/ponen2faseindice/Canclini.htm>>. Acesso: 25 maio 2010.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CLARKE, Arthur C. **A cidade e as estrelas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CRUZ, Valdemar . **Álvaro Siza: conversaciones con Valdemar Cruz**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007
- DE GRACIA, Francisco. **Construir en lo construido**. Madrid: Nerea, 1996.
- DERRIDA, Jacques. La Différance. [conferência pronunciada na Sociedad Francesa de Filosofía, em 27 jan. 1968]. In: **Bulletin de la Societé Française de Philosophie**. jul./set. 1968. Disponível em: <http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/la_differance.htm>. Acesso: 12 maio 2010.
- DODEBEI, Vera. A condição do patrimônio: uma questão de informação? In: **Anais do ENANCIB - VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. A política científica e os desafios da sociedade do conhecimento. Florianópolis, 2005. Belo Horizonte: ANCIB – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2005.
- FERRAZ, Marcelo (Org). **Lina Bo Bardi**. São Paulo: Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, 1993.
- FOUCAULT, Michael. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, v. 1, 2005.
- GREGOTTI, Vittorio. Entrevista. **Revista AU**. São Paulo: Editora Pinbi, n. 91, p. 37-39, ago./set. 2000.
- _____. **Inside architecture**. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- _____. **Nuevos caminos de la arquitectura italiana**. Barcelona: Blume, 1969.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.
- JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LAGE, Amarilis. Para Henri-Pierre Jeudy, processo tem provocado a morte dos centros históricos, que se transformaram em “museus”. Entrevista a Amarilis Lage. In: Folha de São Paulo. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 8 jun. 2005.
- LEET, Stephen. Franco Albini: architecture and design, 1934-1977. New York: Princeton Architectural Press, 1990.
- MASIERO, Roberto. Estética de la arquitectura. Madrid: Machado, 2003.
- MONNET, Jérôme. O álbi do patrimônio: crise urbana, gestão urbana e nostalgia do passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN/MinC, n. 24, p. 220-228, 1996.
- NAVASCUÉS, Pedro. Presente del pasado. La condición histórica de la arquitectura. In: **Arquitectura Viva**. Madrid: **Arquitectura Viva**, n. 33, p. 22-25, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PIANO, Renzo. **Conversación con Renzo Cassioli**. Barcelona, Gustavo Gili, 2005.
- ROTH, Leland. **Entender la arquitectura sus elementos, historia y significado**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Cosmos, 1977.
- SARGIOTTI, Ricardo. **El diseño arquitectónico y las preexistencias**. Conferência pronunciada na III Jornadas Interdisciplinarias de Tutela de los Bienes Culturales. Córdoba, Junho de 1999.
- SIZA, Álvaro. **Imaginar a evidência**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. COSTA, Xavier (Ed). **Intervenciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.
- STEINER, George. Gramática da criação. São Paulo: Globo, 2003.
- TANIZAKI, Junichiro. Em louvor da sombra. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 75-103, 2000.

VELASCO, Suzana. Sagrado, mas concreto. In: **O Globo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, Segundo Caderno, 6 jul. 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: **Revista do Patrimônio**. Brasília: IPHAN/MinC, n. 24, p. 205-219, 1996.